



**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BARREIRAS (BA): REFLEXÕES  
SOBRE AS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS EM ÁREAS DE EXPANSÃO  
URBANA**

**Paloma De Souza Nascimento**

Universidade Federal Do Oeste Da Bahia (Ufob)  
Mestranda Em Ciências Ambientais  
palomapsn@hotmail.com

**Paulo Roberto Baqueiro Brandão**

Universidade Federal Do Oeste Da Bahia (Ufob)  
Professor  
paulo.baqueiro@ufob.edu.br

**Rubio José Ferreira**

Universidade Federal Do Oeste Da Bahia (Ufob)  
Professor  
rubio.ferreira@ufob.edu.br

**RESUMO:**

O processo de expansão urbana promove uma intensa intervenção em ambientes naturais, nas quais as obras civis podem provocar impactos de maior ou menor intensidade no ambiente a partir da transformação de uma área rural em área urbana, desencadeando em impactos nos meios físico, biótico e antrópico. Localizada no Território da Bacia do Rio Grande a cidade de Barreiras apresenta crescimento urbano recente, em que a atuação dos agentes imobiliários é verificada na produção de seu espaço urbano. O objetivo do presente artigo é o de contribuir para o entendimento do processo de produção do espaço urbano e suas implicações ambientais. Para tanto, foi traçado o contexto histórico sobre o processo de expansão urbana no Brasil e de Barreiras. Verificou-se que o processo de produção do espaço urbano de Barreiras apresenta diversas alterações em seu ambiente, tais como, aumento na supressão da vegetação, alteração do limite físico da cidade, ocupação de áreas impróprias para habitação, modificação da paisagem, entre outros, sendo estes decorrentes do seu recente processo de expansão urbana verificado.



**Palavras – Chave:** Produção do espaço. Expansão urbana. Impactos ambientais urbanos.

## **Introdução**

A produção do espaço urbano, o qual ocorre mediante os imperativos do capitalismo, imprimem nas cidades atuais um conjunto de questões das mais diversas ordens, dentre elas a das implicações ambientais. Boa parte dos problemas ambientais urbanos surgem a partir do crescimento das cidades associados à concentração populacional, desigualdade social e uso do solo urbano para fins econômicos, tornando esse tema um grande desafio para as cidades no século XXI. Esse processo que não é vinculado somente às metrópoles, pelo contrário, ocorre em todas as escalas urbanas, alcança, também, cidades médias e pequenas.

Barreiras, uma cidade localizada no Oeste da Bahia, a qual teve seu crescimento urbano e econômico marcados por forte interesse do Estado, principalmente a partir da segunda metade do século XX, atualmente se encontra articulado com os espaços regionais baianos, nacional e internacional. Ademais esta cidade que tem experimentado forte crescimento da sua mancha urbana, o que suscita em questões sobre como o processo de transformação desse espaço urbano tem considerado o seu sítio? Em outras palavras, quais as implicações ao ambiente urbano de Barreiras do seu processo acelerado de crescimento?

Diante disso, este trabalho tem como objetivo refletir sobre os processos de transformação ocorridos no espaço urbano de Barreiras (BA), considerando o processo recente de crescimento da mancha urbana de modo geral e suas implicações ao ambiente.

Para tanto, no sentido de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico sobre a temática proposta, abordando as principais abordagens teóricas e conceituais sobre o tema. Os dados empíricos foram



coletados em órgãos oficiais, bem como em textos científicos publicados nos mais diversos modos de comunicação científica. Com material colhido e analisado, e mediante algumas reflexões foram elaborados cartogramas e a escrita do ensaio.

### **O Uso da Terra e a Produção do Espaço Urbano Segregado**

O conceito de espaço urbano definido por Corrêa (1989), refere-se a um espaço fragmentado e articulado – áreas residenciais, comerciais, de serviços, industrial e institucional – que apresenta características complexas. A produção do espaço urbano é determinado pelo conjunto de diferentes usos da terra, que mantêm relações espaciais articuladas resultantes num reflexo da sociedade. Assim, aponta o autor, “fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem” (CORRÊA, 1989, p. 9).

Na abordagem da produção dos espaços urbanos Corrêa (1989) ainda aponta como agentes produtores os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção compreendem grandes proprietários industriais e comerciais, que devido às atividades desempenhadas ocupam espaços amplos a baixo custo, que atendam a requisitos locacionais relacionados às atividades de sua empresa, esses agentes interferem diretamente na organização do espaço. Os proprietários fundiários são os donos de terras, estes atuam na conversão de terra rural em terra urbana, possuem interesse no valor de troca da terra e não o seu valor de uso. Esses agentes influenciam na expansão do espaço da cidade a partir da valorização da terra.

Os promotores imobiliários são agentes que realizam a incorporação do imóvel, o financiamento de terrenos, estudo técnico de viabilidade da obra do imóvel,



construção do imóvel vinculado por meio de construtoras e a comercialização do imóvel acrescido de lucros.

O Estado atua na organização espacial da cidade através da implantação de serviços públicos como, sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo. Atua, também, na elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, zoneamento e código de obras.

Ao mesmo tempo, os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de ocupação espaços como favelas, terrenos alagadiços, encostas íngremes, ou seja, apropriam-se de espaços considerados inadequados para outros agentes produtores. Logo, são agentes que moldam seu próprio espaço e, por meio da resistência e sobrevivência nesses espaços, lutam pelo direito à cidade.

Dentro desta perspectiva cabe destacar os proprietários fundiários, os imobiliários e o Estado para a compreensão do processo de produção do espaço urbano em análise. Sob a qual, os proprietários fundiários atuam na condição de obter a maior renda possível sob suas propriedades, transformando-as em mercadoria a partir da abertura de loteamentos residenciais e comerciais ou condomínios. Segundo Rodrigues (2014, p. 24), há dois tipos de categorias de proprietários de terra: “aqueles que possuem uma terra para edificar a casa própria e os que especulam com a terra”.

Apesar de a terra um bem natural, passou a ter outras finalidades. Foi transformada em mercadoria pelo modo de produção capitalista, sendo equiparada como uma espécie de capital que sempre se valoriza, na qual, “a terra urbana é permanente, nunca se desgasta, e as edificações sobre esta terra tem propiciado a oportunidade de acumular riquezas.” (RODRIGUES, 2014, p. 16).

Ao se tratar da passagem da terra rural para terra urbana, Corrêa (1989) aponta esse procedimento como algo associado aos interesses dos proprietários fundiários, em que, a transformação de rural para urbana trará valorização dessas terras, bem como, a expansão do espaço da cidade. A demanda por terrenos e habitações surge com o



aparecimento das camadas sociais, assim como, pelo investimento de imobiliárias e por políticas de Estado.

Nesse sentido, os promotores imobiliários ou incorporadores são grandes transformadores do espaço, pois, através da venda e financiamento de terrenos estes (re)produzem a segregação social, por meio da valorização de algumas áreas em detrimento de outras. Em geral, o mercado imobiliário oferece loteamentos com infraestrutura básica como asfalto, luz, água, serviço de drenagem pluvial, esgotamento, entre outros, assim como, investem em publicidade que remete à qualidade de vida e/ou contato mais próximo com a natureza, para atrair a classe social com poder aquisitivo maior.

Dessa forma, o crescimento urbano se refere à expansão física da cidade, ou seja, ampliação da mancha urbana (base física da cidade), por meio do aumento de ruas, casas, abertura de loteamentos, criação de novos bairros, incorporação de novas áreas ao espaço da cidade, entre outros. Logo, estes constituem os fatores para a compreensão da atual configuração do espaço urbano.

### **Expansão Urbana no Brasil**

A história de organização do território brasileiro pode ser compreendida segundo Milton Santos, por meio de três períodos. O primeiro caracterizado como “meio natural” ou período pré-técnico, que corresponde aos tempos lentos, em que, o homem é moldado conforme a natureza. Sobre este período de adaptação do homem ao meio, Santos (2013, p. 29) diz que: “a precariedade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía o corpo do homem como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias [...]”. Assim, os primeiros grupos de habitantes (caçadores e coletores) assumem a domesticação de animais e plantas, porém, a natureza que conduzia às ações humanas, ou seja, o homem escolhia da natureza o que



considerava fundamental sem muitas modificações para a existência de seu grupo (SANTOS, 2009).

O segundo período, o “meio técnico”, aponta o surgimento das técnicas com a incorporação das máquinas no território, assim, têm-se a imposição do homem sobre a natureza, e a produção do espaço é marcada pela divisão do trabalho. No entanto, “o período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado” (SANTOS, 2013, p. 31). Este período substitui o período natural e marcou a integração de espaços no território brasileiro com a implantação de rodovias, ferrovias e portos. Nesse período, o povoamento do interior foi impulsionado pela mineração e a criação de gado nas fazendas.

Por sua vez, o terceiro período, o “meio técnico-científico”, marca o desenvolvimento das atividades industriais, a revolução dos transportes e telecomunicações, e a modernização da agricultura no ano de 1970. Este período corresponde ao momento atual, chamado de meio-técnico-científico-informacional, que é a união da ciência, a técnica e a informação na transformação do espaço geográfico, sob um sistema de produção capitalista na era da globalização.

Sendo assim, a urbanização tem como ponto de partida o processo de industrialização, o qual, por sua vez, vinculado à “razão técnica”, preocupa-se com “o agir com vistas a um fim imediato, com a eficácia” (GONÇALVES, 2014, p. 118. Grifos do autor). Segundo Monte-Mór (2006, p. 8) “poucas eram as aglomerações humanas que hoje poderiam ser chamadas cidades no período que antecedeu à “Revolução Industrial”. Com o desenvolvimento das atividades fabris, as cidades passaram a concentrar mais a população trabalhadora e de consumidores, enquanto que o campo passou a depender da cidade para sua própria produção. No caso brasileiro, não foi diferente, já que por meio da expansão da economia cafeeira e o desenvolvimento da indústria no Brasil, ampliaram as relações comerciais entre as regiões de modo articulado, na qual, eram vistas como arquipélagos isolados, e assim intensificaram a



migração interna com maior concentração na região sudeste, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro como centros de ocupação.

Assim, a urbanização do Brasil foi definida pelo crescimento demográfico seguido das mudanças ocasionadas no espaço urbano. Segundo Santos (2009, p. 9) “a urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana”, o que demonstra o crescimento desse contingente urbano através da saída de moradores das áreas agrícolas para as cidades em busca de melhores condições de vida.

A partir dos anos de 1950, as aglomerações com mais de 20 mil habitantes aumentaram cerca de 4,58 vezes entre 1950 e 1980, assim como, houve crescimento nas aglomerações com mais de 100 mil habitantes. Durante a década de 70 a população urbana superou a rural. Diante desse novo cenário, o país se vê no processo de metropolização, com nove regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre (SANTOS, 2009).

No entanto, o processo de transição urbana no Brasil ainda é recente, somente por volta dos anos de 1970 que os dados censitários revelaram taxas demográficas em que a população urbana superou a população rural. Isso foi possível devido às mudanças ocorridas na estrutura da economia, sociedade e pelo processo acelerado da industrialização na metade da década de 1950, com a expansão dos sistemas de transportes e dos meios de comunicação de massas (BRITO e SOUZA, 2005).

Nesse sentido, a expansão urbana brasileira é decorrente do processo de urbanização, com o crescimento da população e redistribuição entre cidades de diferentes tamanhos, porém, limitou-se até início dos anos 80, momento em que acelera a redução das taxas de fecundidade e diminui a migração rural-urbana. Logo, como resultado do fluxo migratório ao longo das décadas de 1960 e 1970 a população concentrou-se principalmente nas aglomerações metropolitanas (HORTA *et al*, 2001).

Todavia, ao passo que o Brasil vivenciou o fenômeno de metropolização, o processo de desmetropolização tornou-se uma realidade, mediante vários fatores



mostrados por Milton Santos (2009), quais sejam: a difusão do trabalho intelectual; a modernização do campo; a diversificação do consumo; a elevação dos níveis de renda; a divisão do trabalho, entre outros, os quais resultaram na fragmentação territorial a partir da desconcentração populacional das metrópoles para cidades grandes e médias, com o processo de interiorização.

O processo de desmetropolização desencadeou maior distribuição da população pelo território nacional, em que, o novo padrão de expansão urbana favoreceu maior participação das cidades com mais de 100 mil habitantes. Essa desconcentração populacional e econômica aumentou o fluxo migratório das metrópoles para as cidades médias, surgindo novas demandas para o planejamento do espaço urbano e transformações espaciais, econômicas, culturais e políticas (SANTOS, 2013).

Assim, esse comportamento populacional trouxe uma complexidade de problemas em relação à regulação do processo de urbanização, o que fomentou discussões e movimentos em torno da necessidade de uma Reforma Urbana. Os movimentos ganharam força na década de 1980 com a definição da política urbana na Constituição de 1988 e em seguida com o Estatuto da Cidade, em 2001.

### **Impactos Ambientais Urbanos**

A concentração da população nos centros urbanos, junto ao crescimento acelerado, resultou em implicações de ordem econômica, social e ambiental. A relação desarmoniosa entre as atividades sociais e o meio ambiente tem favorecido a degradação dos mananciais superficiais e subterrâneos, do solo, do ar, da cobertura vegetal e da biota, dentre outros problemas ambientais urbanos.

Com o processo de expansão urbana se tem uma intensa intervenção em ambientes naturais. Dentre as alterações provocadas pela urbanização estão a supressão da vegetação, perda da fauna, impermeabilização e erosão do solo, aumento da





poluição, modificação da paisagem, produção de resíduos, aumento do fluxo de veículos, emissão de gases poluentes entre outros.

Um conjunto de problemas econômicos, sociais e ambientais associados à expansão das cidades coloca em questão seus efeitos na sustentabilidade urbana. O surgimento de novas áreas relativamente afastadas dos centros urbanos promove um maior deslocamento e utilização de transportes individuais para a realização de atividades diárias, como ir ao trabalho, estudos, fazer compras e outras atividades de rotina. Esse aumento no uso de transportes provoca uma maior emissão e concentração de gases poluentes que afetam diretamente à atmosfera, assim como, há uma redução de áreas verdes a partir da supressão da vegetação para implantação de novas áreas para habitação.

As atividades humanas intensificam os processos naturais que ocorrem no ambiente, a remoção da vegetação nativa para dar lugar a outras atividades, como, por exemplo, implantação de loteamentos, pode ocasionar a aceleração do processo erosivo, devido à exposição do solo à ação da água da chuva e dos ventos, assim como alterar as taxas de infiltração de água que contribuem para a recarga águas subterrâneas.

Os impactos ambientais resultantes da urbanização ocorrem a partir da alteração de uma área natural em ambiente urbano, com seus efeitos abrangendo diversos componentes da biosfera e do próprio ser humano. A Resolução CONAMA N° 001/86 considera como impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, como consequência de uma determinada ação antrópica, podendo afetar direta ou indiretamente os recursos naturais, a biota, as atividades econômicas e sociais, o bem-estar da população, entre outros.

Do mesmo modo, Rehbein (2010, p.105) ressalta que a noção de impacto ambiental urbano não se limita somente ao ecossistema, pois, possui uma articulação com o social. Os impactos ambientais urbanos constituem-se ao longo do processo



histórico das cidades, portanto, são produtos e reflexos do processo de reprodução da sociedade.

Mota (2011, p. 37) define que o sistema urbano possui dois sub-sistemas interrelacionados, o (a) natural, compreendido pelo meio físico e biológico, e o (b) sistema antrópico, que constitui as pessoas e suas atividades, o qual neste trabalho será chamado de social ou humano. Logo, as intervenções existentes entre os dois sistemas devem ser abordadas em conjunto.

O ambiente urbano visto como sistema parte da ideia que a cidade não funciona de forma fechada, e sim como um sistema aberto, pois depende de outras partes do meio ambiente em geral, a partir da troca de materiais e energia com outros ambientes. Nesse sistema, o desafio consiste em equilibrar as ações humanas com a conservação dos recursos naturais, no intuito de formalizar o desenvolvimento sustentável das cidades.

Contudo, o que tem ocorrido há algum tempo é “A negação da natureza nas práticas de gestão do espaço urbano[...], principalmente porque a cidade (pós) industrial tem reforçado sua permanência ao longo da história urbana no capitalismo (CASTILHO e FERREIRA, 2018, p. 49).

### **Evolução Urbana de Barreiras e Implicações Ambientais**

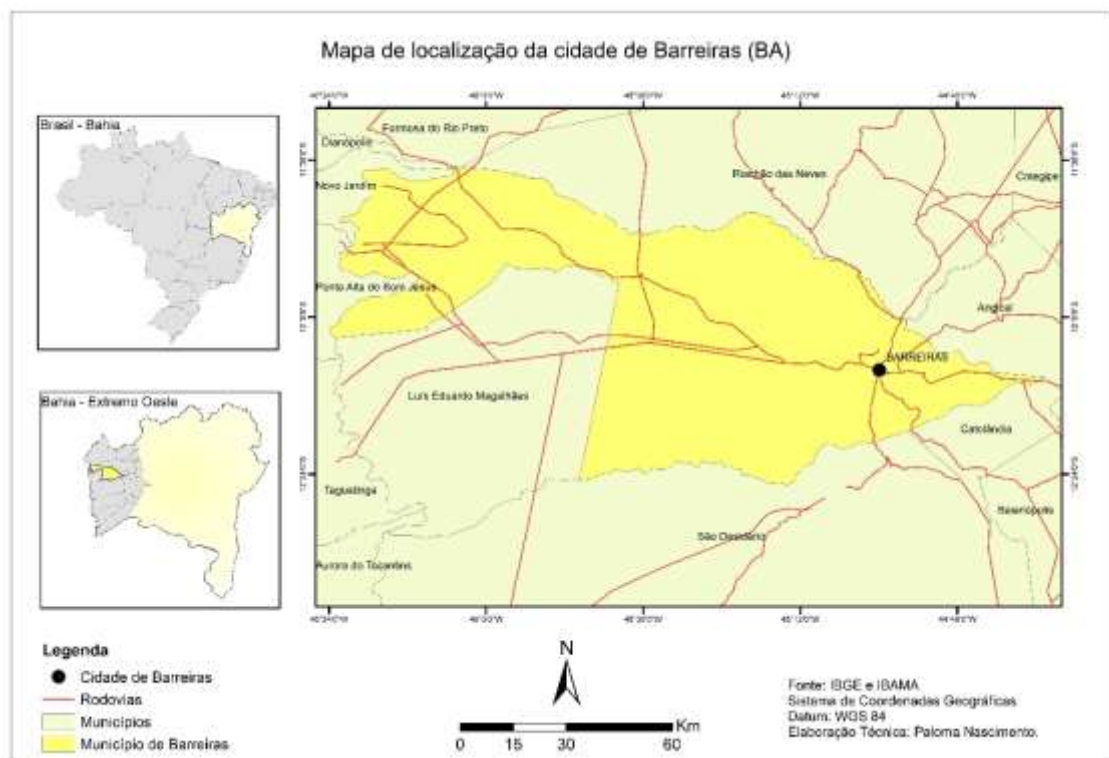
O município de Barreiras está localizado no extremo oeste da Bahia e no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, apresentado na Figura 1. De acordo com o censo do IBGE de 2010, o município apresenta 137.427 habitantes.

Cardoso (2015) destaca a evolução histórica de formação e ocupação de Barreiras em três momentos. Um primeiro, marcado pela consolidação da ocupação dos cerrados baiano, em que a exploração da seiva da mangabeira descoberta por volta de 1870 nos gerais provocou a ocupação do povoado São João das Barreiras, com a vinda de migrantes de outras regiões. Assim como, destaca o uso do Rio Grande como modal hidroviário no desenvolvimento de sua economia. O segundo momento, marca a



substituição do transporte fluvial pela construção de rodovias federais e estaduais, e a introdução da agricultura moderna de grãos a partir de incentivo e investimento do Estado, que conseqüentemente aumentou o fluxo migratório para a região. O terceiro momento definido pelo autor compreende de 1980 aos dias atuais, período de expansão do agronegócio e de dinamização da cidade num contexto regional.

Figura 1 - Mapa de localização de Barreiras (BA).



Fonte: Autores, 2018.

Devido à inserção da agricultura mecanizada e a localização do município no contexto regional, o processo de urbanização no município de Barreiras passou a apresentar sinais significativos de mudanças em meados da década de 1980. Segundo Elias (2007, p. 115), a difusão do agronegócio provocou impactos na organização de um novo sistema urbano, em que “a modernização e a expansão dessas atividades promovem o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas”. Logo, no



que se refere aos aspectos demográficos, a região do Oeste da Bahia apresentou um maior acréscimo populacional no período entre 1980 a 1990.

Segundo a SEI (2003), a região Oeste sempre apresentou densidades demográficas muito baixas, principalmente se comparadas às da Bahia, na qual o processo de urbanização no período de 1980 a 2000 concentrou-se no município de Barreiras, com cerca de 44,18% da população urbana da região.

De acordo com Elias (2007, p. 121), comumente nas áreas de expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado, “é visível o crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a criação de novos municípios”. Nesse sentido, por meio da aprovação da Lei nº 7619/00 de 30 de março de 2000, ocorreu o desmembramento de parte do município de Barreiras, logo, o Distrito Mimoso do Oeste a partir da emancipação tornou-se o município Luís Eduardo Magalhães.

Sobre o crescimento populacional do município de Barreiras, observa-se na Tabela 1 que no ano de 1970 a população rural sobressai à população urbana, isso se deve ao contexto histórico do período com o agronegócio ainda em fase de implantação e a migração para o campo. Neste período a taxa de urbanização apresenta o valor de 46,92%, ou seja, menos da metade do município era urbanizado, a mancha urbana nesse período se resumia às áreas que margeiam o Rio Grande. A década seguinte muda o quadro, a partir de 1980 a população urbana supera à rural, e a taxa de urbanização é de 72,5%, a mancha urbana nesse período se expande em torno do que hoje é conhecido como o Centro histórico da cidade, assim como, houve expansão em outras direções da cidade, principalmente no entorno das margens das BR 242 e 020. Durante a década de 1991 a população urbana apresentou mais do que o dobro da década passada, também houve aumento da população rural, a taxa de urbanização apresentou-se em torno de 76,5%, durante esta década a mancha urbana tornou-se a expandir. Nos anos de 2000 a taxa de urbanização atinge cerca de 85,62%. E em 2010 o número total da população



atingiu cerca de 137.427 mil habitantes, houve um crescimento da população rural em relação ao ano de 2000 e a taxa de urbanização chegou a 90,04%. Segundo o IBGE, estimativas apontam que a cidade de Barreiras apresenta em 2018 cerca de 153.831 mil habitantes, que corresponde um aumento significativo desde a realização do último censo demográfico.

Tabela 1 - Crescimento populacional e taxa de urbanização.

<b>População (hab.)</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Urbana	9.790	30.055	70.870	100.085	123.741
Rural	11.104	11.399	13.813	12.324	13.686
Total	20.864	41.454	84.683	112.409	137.427
Taxa de Urbanização (%)	46,92	72,5	83,69	89,04	90,04

Fonte: PNUD, 2013. Adaptado pelos autores.

O crescimento da população neste período pode ser entendido pela ação dos agentes produtores do espaço. Neste caso, o Estado por meio dos subsídios designados ao desenvolvimento do agronegócio e a ocupação territorial, os proprietários fundiários na expansão da mancha urbana, visto que grande parte da área expandida constituía-se de antigas fazendas que foram apropriadas e até mesmo invadidas pela população, o outro agente constitui-se na própria população, como agentes modeladores deste espaço.

Com as transformações territoriais ocorridas, a cidade de Barreiras é considerada como um importante centro urbano regional, devido à concentração de atividades do setor terciário, a cidade apresenta um comércio diversificado com presença de redes nacional e internacional, franquias, bancos públicos e privados, aeroporto, instituições de nível superior como a Universidade Federal do Oeste da Bahia resultado do desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade do Estado da Bahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia dentre outras



instituições privadas, sedia principais órgãos públicos estaduais e federais e na área da saúde conta com hospitais e clínicas.

Em relação à rede urbana nacional, a cidade de Barreiras hoje aponta como principal centro do terciário e de gestão do território, enquanto que a cidade de Luís Eduardo Magalhães exerce o papel de cidade do agronegócio. Em estudo, Brandão (2013) afirma que as duas cidades despontam de uma tendência à formação de uma aglomeração urbana no Oeste Baiano, devido à complementaridade entre ambas, porém, ainda não consolidado.

A recente expansão urbana da cidade de Barreiras é notada pelo crescimento horizontal da sua mancha urbana, caracterizado pelo surgimento de novos residenciais, condomínios e loteamentos em diversas partes da cidade, mas, de forma mais concentrada na porção Leste da cidade. Silva (2018) diz que entre os anos de 2013 e 2016, em Barreiras foram criados 14 loteamentos. Porém, o crescimento da cidade também é notado em áreas consideradas impróprias para habitação, em que, as encostas da Serra da Bandeira estão sendo ocupadas de modo informal, por grupos sociais que não possuem condições de obter uma habitação estruturada.

Nesse sentido, o crescimento urbano da cidade de Barreiras apresenta implicações ambientais que alteraram a dinâmica sistêmica dos meios físico, biótico e humano. Em que, as mudanças apresentadas no meio físico são caracterizadas pela alteração do perímetro urbano da cidade, que espacialmente, ampliou as áreas para ocupação em função dos novos loteamentos e resultou na intervenção de áreas próximas ao sopé da Serra do Mímo, e na Serra da Bandeira a partir da ocupação irregular. A alteração ocorrida no meio biótico é notada principalmente pela supressão da vegetação nas áreas de implantação dos loteamentos, que conseqüentemente se tem a perda de espécies da fauna e da flora. No meio antrópico às principais alterações são verificadas na modificação da paisagem e no processo desigual de ocupação das áreas.



## Considerações Finais

A forma de uso da terra, no processo de produção do espaço urbano, uma vez que este é moldado aos interesses do capitalismo, produz espaços territorialmente desiguais no Brasil desde muito tempo. A expansão urbana neste país, tem negligenciado os sítios urbanos, o que tem levado ao agravamento notório de problemas ambientais.

O traçado da cidade de Barreiras tem sido determinado pelo processo de apropriação de espaços da cidade com a abertura de novas áreas para ocupação. A produção desses espaços fragmentados condiciona o crescimento da cidade por meio de interesse de diferentes agentes, refletindo assim no surgimento e no agravamento de diversos problemas urbanos e ambientais recorrentes, também, de planejamento ineficaz.

## Referências

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: uma aglomeração urbana embrionária no Oeste Baiano?. **XIII SIMPURB**. UERJ. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Meio Ambiente, **CONAMA**. Resolução CONAMA nº001/86, de 23 de janeiro de 1986. – In: Resoluções, 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 24. jul. 2018.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

CARDOSO, Evanildo Santos. Dinâmica e evolução da paisagem no município de Barreiras (BA). In: DIAS, Patricia Chame; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (Org.). **Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo**. Salvador: SEI, 2015. P. 71-86.



CASTILHO, Claudio Jorge Moura de; FERREIRA, Rubio José. O uso da natureza na cidade: o dilema entre a privatização e o direito à natureza. In: BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (Org.). **Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas**. Curitiba: Prisma, 2018. P. 39-68. (No prelo)

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades Médias: Espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

HORTA, Cláudia J. Guimarães; BRITO, Fausto; AMARAL, Ernesto F. L. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. In: XXIV CONFERÊNCIA GERAL DE POPULAÇÃO DA IUSSP, 2001, Salvador. **Anais da XXIV CONFERÊNCIA GERAL DE POPULAÇÃO DA IUSSP, 2001**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 12 set. 2018.

MONTE MÓR, Roberto Luis. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 111, p. 09-18, 2007.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. 4 ed. Fortaleza: Abes, 2011.

REHBEIN, Moisés Ortemar; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Ambiente; urbano; impacto – impacto ambiental urbano: revisões e construções de significados. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 27. pp. 95 – 112, 2010.





RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradias nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Laécia Ursino Santos da. **Uso e ocupação do solo urbano de Barreiras-Bahia: expansão urbana e questões ambientais dos/nos vetores noroeste e oeste da cidade**. 75f. Monografia (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental). CCET, UFOB, Barreiras, 2018.

Superintendência de Estudo Econômicos e Sociais da Bahia. **Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980 - 2002**. Salvador: SEI, 2003.